

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JHENIFFER ROSA DA SILVA**

**IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO  
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI - RO**

**Trabalho de conclusão de curso**

**Cacoal – RO  
2017**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JHENIFFER ROSA DA SILVA**

**IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO  
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI - RO**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – Campus Prof. Francisco Gonçalves Quiles como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Professora Ma. Ellen Cristina de Matos.

**Cacoal – RO  
2017**

**JHENIFFER ROSA DA SILVA**

**IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO  
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI - RO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR –  
*Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis. Aprovado em 06 de dezembro de 2017.

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Ellen Cristina de Matos  
Presidente

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Liliane Nery  
Membro

---

Prof. Esp. Glauber Cândido Fagá  
Membro

**Cacoal – RO  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

S586i da Silva, Jheniffer Rosa.

Importância do controle interno para a administração pública do município de Presidente Médici-RO.: Pesquisa aplicada / Jheniffer Rosa da Silva. – Cacoal, RO, 2017.

35 f. : il.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Ma. Ellen Cristina de Matos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Controle interno. 2. Administração pública. 3. Governança. I. Matos, Ellen Cristina de. II. Título.

CDU 657

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus simplesmente pelo o que Ele é.

Agradeço a minha família, pelo apoio, compreensão, repreensão, e principalmente pelo amor e carinho a mim dedicados durante todos esses anos. A vocês dedico cada conquista, pois quando não tive forças, nem tampouco ânimo, foram os vossos joelhos que se dobraram por mim.

À professora Ellen, sempre querida, gentil e paciente. Quero prestar meus agradecimentos pela dedicação e amizade. Com toda certeza será alguém que levarei comigo no coração, quando passar pelos portões da Universidade com o diploma de bacharel em Ciências Contábeis nas mãos!

Aos colegas de turma pelos quatro anos juntos, foram quatro anos de altas risadas, algumas tristezas e muito companheirismo, Deus abençoe a vida de cada um de uma forma especial.

A UNIR, pela oportunidade única!

Jheniffer Rosa da Silva.

Entrega o teu caminho ao Senhor; confia nele, e ele o fará  
Salmos 37:5

## **IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI - RO**

Jheniffer Rosa da Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O controle interno é um instrumento que propicia auxílio a Administração Pública no processo decisório, protegendo o patrimônio e viabilizando a obtenção de dados contábeis confiáveis. A sua aplicação sistemática nos municípios do Estado de Rondônia, tornou-se obrigatória mediante exigência do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO). O objetivo geral da pesquisa foi verificar o funcionamento do setor de Controle Interno na Prefeitura Municipal de Presidente Médici, estudando seus conceitos, características, aspectos históricos, legais, procedimentos e sua contribuição à Administração Pública. Realizou-se um estudo qualitativo por meio de entrevista com o controlador do Município em exercício e aplicação de questionário aos 04 contadores da prefeitura. Observou-se que o exercício do Controle Interno na Prefeitura Municipal de Presidente Médici possui limitações, dentre as quais se destacam: a ausência de um Sistema de Controle Interno (conforme preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal) e a insuficiência de servidores para executarem ações típicas do Controle Interno. Mesmo com a elevada demanda de atividades e escassez de recursos humanos, os servidores que atuam no Controle Interno buscam atender aos itens de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

**Palavras Chave:** Controle Interno. Administração Pública. Governança.

### **1 INTRODUÇÃO**

O controle interno é a ferramenta que as organizações (públicas, privadas ou sem fins lucrativos) dispõem para auxiliar na atividade administrativa. O controle interno propicia a manutenção da fidedignidade das informações contábeis apresentadas aos seus usuários, sendo essencial à auditoria interna na aplicabilidade de seus testes, salvaguardando ativos e verificando se as políticas administrativas são seguidas; auxiliando na tomada de decisões acerca do futuro da entidade.

O controle interno na Administração Pública é substancialmente mais rigoroso, por se tratar da gestão de recursos e bens públicos, por meio da qual viabiliza-se o acesso (publicidade) e a transparência acerca da aplicação e gestão de recursos e patrimônio público.

Conforme designação e disposição da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), na qual foram estabelecidos os poderes e autoridade a consecução dos objetivos prescritos, à

---

<sup>1</sup> Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, com Trabalho de Conclusão de Curso elaborado sob a orientação da Professora Ma. Ellen Cristina de Matos.

Administração Pública compete a gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz, econômica e efetiva.

Constituiu objetivo principal do estudo realizado: verificar a atuação e os benefícios do Controle Interno para a Administração Pública, estudando-se o controle interno desde seus conceitos, características, aspectos históricos, legais e procedimentos relacionados ao controle interno e sua contribuição à Administração Pública Municipal do Município de Presidente Médici, Estado de Rondônia, para responder a seguinte questão: Como é a atuação do Controle Interno na Administração Pública no Município de Presidente Médici e quais os benefícios resultantes na percepção do controlador e dos contadores municipais?

Para consecução da pesquisa aplicou-se um questionário estruturado aos 04 contadores da prefeitura e realizou-se uma entrevista semiestruturada com o controlador municipal. Os resultados obtidos denotam que o Controle Interno além de legalmente estabelecido, é relevante ao funcionamento da administração por ser uma ferramenta de prevenção de erros e irregularidades, o que propicia a otimização da Administração Pública.

Quanto ao método da pesquisa, a mesma classifica-se como dedutiva, natureza aplicada e abordagem qualitativa e o estudo encontra-se estruturado em: referencial teórico, metodologia, análise e discussão de dados e considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A finalidade da revisão bibliográfica foi de apresentar resumidamente o conhecimento de vários autores a respeito do tema abordado, contribuindo assim para a sustentação teórica do assunto.

Nesta sessão serão abordados os temas norteadores da pesquisa, sendo eles: Administração Pública, Conceito e aplicação do Controle Interno; Órgão de Controle Interno na Administração Pública.

### **2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

O Estado é a organização política do poder no exercício de sua função, procurando exercer o bem-comum. Azambuja (2003) afirma que todas as Sociedades têm sua organização e as atividades reguladas pelo Estado que buscam supri-las.

A existência do Estado está vinculada ao exercício das suas funções administrativas, porém essas são norteadas pela administração pública à qual é facilmente confundida com o



Estado, pois ambos andam juntos, embora tenham conceitos e aplicação distintos (KOHAMA, 1998).

Para Di Pietro (2010) a Administração Pública pode ser classificada como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, à consecução dos interesses coletivos e como sendo o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas as quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado; e para Salm e Menegasso (2009) ela tem como objetivo trabalhar em prol do Estado buscando satisfazer os direitos e interesses dos cidadãos, portanto “[...] é um sistema de conhecimentos e de estratégias que juntos, buscam promover os serviços públicos”.

Tem o dever de atender a demanda por serviços efetivos do Estado e da necessidade de eficácia na aplicação dos recursos públicos e assim permite a inovação, planejamento e orientação para obtenção de resultados e uma posterior avaliação dos resultados da gestão (TOSCANO; LEITÃO, 2006).

Possui duas atividades distintas: a superior de planejar; e a inferior de executar, afinal administrar não se trata de apenas prestar serviços e executá-los, como também de tomar decisões. Na percepção de Meirelles (2015) essa destacada superioridade designada à Administração Pública, refere-se ao instrumental que o Estado dispõe para praticar as ações políticas do Governo, o qual possui ainda, poder de decisão limitado as suas atribuições e aos limites legais de sua competência executiva.

Norteia-se por princípios, os quais para Castro e Garcia (2008) foram fixados pelo decreto-lei nº 200/1967, denominando-se princípios da Administração Pública, considerado fundamentais: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle. E os princípios constitucionais básicos preconizados no art. 37 da CF/1988: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Fundamentada nos princípios fundamentais e constitucionais (básicos), a Administração Pública divide-se em direta e indireta. Para Oliveira *et al.* (2002) a direta é representada pelo conjunto de órgãos que formam a estrutura do ente público a que se refere, esses órgãos são aqueles subordinados ao Estado e desempenhada pelo centro do Estado por meio do chefe executivo e seus auxiliares.

Enquanto a indireta, para Meirelles (2005) representa o conjunto dos entes, que vinculados a algum órgão da administração direta, prestam serviços públicos ou de interesse público, tais como: Autarquias, Fundações, Empresas Estatais, e Sociedades de Economia Mista.

Segundo Vasconcelos, *et. al.* (2012), a Administração Pública é completamente sujeita a lei. No setor público, o gestor não pode fazer o que quer: “na administração particular é lícito

fazer tudo que a lei não proíbe, enquanto que Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza” (MEIRELLES, 2015).

A Administração Pública tem com finalidade precípua o bem comum, seguindo a prescrição da CF/1988 e obedecendo aos projetos e políticas governamentais para que no orçamento, arrecadação e aplicação de recursos sejam observados os objetivos do Estado que delega a Administração Pública a função de gerir os interesses da coletividade, com autonomia conforme prescreve lei, viabilizando a tomada de decisões e a execução de suas funções.

## 2.2 CONCEITO E APLICAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

No Brasil, em se tratando do controle interno público, sua estruturação foi dada pela Carta Magna em 1988 (CF/1988), na qual aparece pela primeira vez como princípio constitucional, no entanto, teve sua origem da necessidade de guardar os fatos ocorridos com a riqueza patrimonial desde a antiguidade. Mesmo nas mais remotas civilizações os homens necessitavam controlar seus ativos, passivos, despesas e receitas, porém não disponibilizavam de ferramentas necessárias à consecução desses objetivos.

O artigo 76 da Lei 4.320/64 trata sobre o fundamento do controle interno na Administração Pública Brasileira, o qual estabelece que o Poder Executivo exercerá os três tipos de controle da execução orçamentária: 1) legalidade dos atos que resultem arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; 2) a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos; e 3) o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Crepaldi (2011), assegura que o controle interno, em termos de abrangência, é um mecanismo que compreende o plano de organização, cujas entidades públicas utilizam para: salvaguardar os ativos; verificar a exatidão e fidelidade dos dados e relatórios contábeis; desenvolver a eficiência nas operações; comunicar e estimular o cumprimento das políticas, normas e procedimentos administrativos adotados.

O controle interno é um conjunto de estratégias, extremamente importante patenteadado pelas esferas envolvidas com a promoção do bem-comum. O controle interno deve atuar em processo amplo e contínuo no planejamento, gerenciamento, monitoramento e avaliação. Em seguida, deve informar os resultados obtidos por sua atuação (CGU, 2007).

Em entrevista para a Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), Humberto Souto, presidente do TCU (Tribunal de Contas da União) afirma que “o controle interno deve ser aquele

primeiro elemento que em nome dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo fiscaliza diretamente a execução orçamentária, mostra onde e como os recursos são dispendidos” (COELHO 2001).

Mais que um dispositivo atuante na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, o controle interno é uma a peça substancial para a auditoria. Conforme Castro (2009) o controle interno emite parecer sobre os resultados auditados de uma gestão ou sobre a realidade dos números divulgados nos balanços. Congruente Almeida (2010) ressalva que a organização possuidora de um controle interno reforçado, reduz os testes de auditoria.

O controle interno deve intencionalmente nortear, não somente a auditoria, como a todos os demais órgãos administrativos. Slomski (2005, p. 15) faz comparação a respeito do controle interno, relacionando-o a um concerto musical, onde os instrumentos ao tocarem de forma ‘isolada’ trabalham juntos buscando um resultado harmônico:

Num mundo conturbado, onde cada um é avaliado pelo que produz, é premente a existência de um órgão que faça essa concentração (ato de produzir sinfonia) -onde todos os instrumentos toquem de maneira isolada, porém sob a mesma batuta, ou seja, que todos trabalhem buscando um só objetivo, a maximização do resultado global da entidade.

E, nesses termos aplica-se o controle interno na Administração Pública, onde apesar de todos os departamentos trabalharem isoladamente, estes necessitam de um órgão (controle interno) que lhes dê uma visão compartilhada acerca do escopo almejado.

Quanto à classificação, segundo Crepaldi (2011) o controle interno enquadra-se nas seguintes categorias conforme evidenciado na figura 1:

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
Operacional	Relacionado as ações que norteiam a busca pelo alcance dos objetivos da entidade;
Contábil	Diz respeito à veracidade e à fidelidade dos registros e das demonstrações contábeis;
Normativo	Relacionado à observância e obediência da regulamentação respectiva;

**Figura 1: Categorias de Controle Interno**

**Fonte:** Adaptado de Crepaldi (2011).

Segundo Cruz e Glock (2008) o controle interno é uma ferramenta eficaz disponibilizada tanto às organizações privadas quanto as públicas. Em ambos os casos, sua função é proteger os ativos da empresa e, assim assegura-se a idoneidade dos relatórios contábeis que são repassados aos *stakeholders*, servindo como um importante pilar no processo decisório.

Cabe ao Controle interno, dentro dos princípios que lhe são impostos exercer as seguintes atribuições na Administração Pública:

- a) Determinar a adoção de medidas corretivas quando verificar irregularidades nos editais de licitação (art. 113, § 2º, Lei 8.666/1993);
- b) Fiscalizar a legalidade dos atos de execução orçamentária. (art. 113, §2º, art. 116, § 1º e §3º, I, Lei 8.666/93, art. 77, Lei 4.320/1964);
- c) Receber denúncias contra irregularidades nas licitações, contratos e convênios (art. 113, § 1º, Lei 8.666/1993);
- d) Fiscalizar o cumprimento dos dispostos na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) (art. 59 da LRF);
- e) Assinar o Relatório de Gestão Fiscal (art. 54 da LRF).

A função que o Controle Interno exerce primordialmente na Administração Pública é a de fiscalizar, possibilitando a Administração Pública se resguardar de possíveis erros que possam ocorrer no processo administrativo, servindo como apoio à administração na tomada de decisões.

### 2.3 ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo Slomski (2005) o controle interno na Administração Pública deve ser uma unidade da estrutura organizacional, ou ao menos um cargo que assuma a atividade de coordenar e avaliar, sendo um serviço de apoio à administração, cujo papel não está exatamente ligado em exercer o controle, mas a partir de exames efetuados, assegurar que os controles necessários existam e funcionem, sendo realizados constantemente.

Segundo Castro (2009) no Brasil, o Controle Interno na Administração Pública teve origem com a fundação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), em 1936, com as funções de racionalizar a administração mediante simplificações, padronizações e aquisição racional de materiais, revisão de estruturas e aplicações de métodos na definição de procedimento.

Contudo estabelece-se uma linha do tempo que relata historicamente desde a origem do controle interno, incluindo sua aplicação aqui no Brasil, conforme figura 2:

DATA	FATO
1679	A contabilidade exercia o papel da controladoria. Segundo Reis e Silva (2007), nessa data, por meio da Carta Régia, instaurou-se a Casa dos Contos, que era encarregada de fiscalizar e processar as receitas e despesas do Estado.
1680	Foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitâneas e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, com funções restritas aos aspectos orçamentários e financeiros.
1824	O Erário Régio foi instaurado em 1922 transformou-se em Tribunal do Tesouro Nacional pela Constituição Monárquica, tendo como atribuição zelar pela administração da despesa e da receita pública.

Continuação [...]

[..] Continua

<b>DATA</b>	<b>FATO</b>
1889	Institui-se a Corte de Contas por meio do Decreto nº 966-A, de 07 de novembro de 1890. A mesma tinha como atribuição examinar, rever e julgar as contas relativas à receita e à despesa para apurar os resultados da gestão do Estado.
1891	Instituiu o Tribunal de Contas previsto no art. 89 da primeira Constituição Republicana, com a obrigação de nortear suas atividades pelos princípios da autonomia, fiscalização e vigilância na procedência do exame, revisão e julgamento das operações adstritas à receita e à despesa da União.
1914	O controle originou-se da Contabilidade. Segundo Castro (2009) deu-se através de um fato econômico, quando o então Ministro da Fazenda não teve recursos para realizar operações de créditos com banqueiros ingleses. O motivo de não ter condições para tal era a falta de uma contabilidade organizada que lhes repassassem informações concretas acerca da situação financeira, econômica e patrimonial do Governo. Partindo deste incidente, o Governo Federal e a sociedade Civil uniram forças para implantar técnicas de contabilidade na área pública.
1922	Surge um prévio sistema de controle interno graças a Promulgação do Código de Contabilidade da União, o qual orienta a elaboração dos Balanços da União, nasce no Brasil, um dos primeiros instrumentos para orientar a contabilidade pública na esfera da União.
1936	Originou-se o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), com a função de ser um agente modernizador dos processos administrativos e de promover a racionalidade e a eficiência da Administração Pública.
1964	A Lei n. 4.320/1964 que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Não traz em si a essência do controle interno, entretanto a referida lei prevê um aparelhamento, onde há maior controle sobre as contas públicas.

**Figura 2: Surgimento Controle Interno.**

**Fonte:** Adaptado de Castro (2009); Cruz e Glock (2008); Reis e Silva (2007); Slomski (2005).

No artigo 74, a CF/1988, há referência aos deveres a serem cumpridos pelo controle interno instaurados nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, compreendendo as finalidades de:

[...]

**I** - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

**II** - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

**III** - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

**IV** - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional (BRASIL, 1988).

Na Lei Complementar nº101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a qual pode ser compreendida como uma evolução da Lei nº 4.320/1964, há o estabelecimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e em seu artigo nº 59 encontra-se a seguinte abordagem acerca do controle interno:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

Segundo Botelho (2016) o controle começa pelas Unidades Administrativas (UA) verificando a correta, eficiente e moral aplicação dos recursos públicos repassados ao gestor público, e assim certifica-se que a administração aja em concordância com os princípios que lhe são impostos.

Castro e Carvalho (2016) afirmam que este controle não se restringe apenas em relação às aplicações de recursos, mas também possui influência na gestão da ‘coisa pública’ sob os mais variados aspectos, principalmente na avaliação de resultados no que diz respeito a eficácia, eficiência e economicidade da gestão financeira, orçamentaria e patrimonial da Administração Pública direta e indireta, bem como dos repasses e termos firmados com entidades de direito privado. O controle Interno pode ser definido como “ processo de identificação, mensuração e gerenciamento das ameaças e oportunidades” (ANTUNES, 2004).

Para possibilitar ao controlador realizar seu trabalho, Castro (2008) afirma ser necessário que o responsável pelo setor de controle tenha a total independência e autonomia de poderes, recursos e acesso a todas as informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. De acordo com Castro (2008) o ideal é que o controle seja formado por uma ampla e multidisciplinar equipe.

Azambuja (2003) afirma que a Administração Pública se caracteriza por ser a gestão dos interesses públicos executada pelo Estado, seja através da prestação de serviços públicos, seja por sua organização interna, ou ainda pela intervenção no campo privado.

Beuren e Zonatto (2014) descrevem a viabilidade e a importância do controle interno, onde afirmam que por meio do controle interno é possível ao gestor público implementar um ambiente de gestão, que forneça informações sobre a destinação dos recursos públicos, a eficácia e qualidade dos serviços prestados.

Porém, Cruz e Glock (2008) afirmam que apesar de ser instituído na Constituição Federal, poucas estruturas administrativas públicas possuem um órgão de Controle Interno, isso se dá devido a alguns fatores, como os elencados na figura 3.

Segue a figura 3:

MOTIVOS DA NÃO IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NAS ENTIDADES PÚBLICAS
Dificuldades em formatar uma estrutura básica de controle;
Vínculo do controlador com o ente controlado e nível hierárquico;
Metodologia de controle a ser implantada;
Dificuldades em definir as rotinas de controle interno

**Figura 3- Implantação do Controle Interno nas entidades públicas.**

**Fonte:** Adaptado de Botelho (2016).

Botelho (2016) afirma que o Controle Interno na administração pública é a verificação da conformidade dos atos desta a um padrão, possibilitando ao agente controlador a adoção de medida ou proposta em decorrência do juízo formado. Cruz e Glock (2008) ressaltam que todas as atividades da Administração Pública devem ser devidamente controladas.

Segundo Castro e Carvalho (2016) o Controle Interno possui um importante papel na administração, especialmente por exercer a orientação e a vigilância em relação as ações dos agentes público, visando assegurar eficiência na arrecadação das receitas e o adequado usufruto dos recursos públicos, sendo assim, uma eficaz ferramenta no combate ao erro e a fraude, se pautado em um sistema de informação e avaliação que o torne capaz de inibir as irregularidades e atingir os objetivos de salvaguardar os bens públicos, bem como avaliar a ação governamental no que diz respeito ao cumprimento de metas e execução dos orçamentos.

O Controle Interno envolve o controle patrimonial, contábil, de custos, orçamento, recursos humanos, compras, relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e relatórios gerenciais. Ou seja, não cumpre apenas a função de ferramenta na detecção de erros (CASTRO; CARVALHO, 2016).

Cruz e Glock (2008) em relação ao processo de planejamento, diz que o controle interno, dá retorno ao processo de planejamento, garantindo que tudo o que foi previsto no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, sejam cumpridos de forma correta.

Para Faccioni (2008) o Controle Interno, não seria mais um fiscalizador das ações governamentais, contudo se o mesmo for bem estruturado e ativo, auxilia o gestor público, possibilitando uma visão das mais variadas situações que envolvem a administração, realizar ajustes e correções que venham a evitar o desperdício dos recursos públicos.

Segundo Slomski (2009) existem instrumentos que facilitam a transparência dos atos, como a Governança, por meio da qual seus os agentes devem prestar contas a quem os elegeu.

## 2.4 GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO.

Segundo Slomski *et al.*, (2008) governança é um sistema organizacional que dirige e monitora as entidades, onde gestores e proprietários utilizam de mecanismos específicos para assegurar o bom desempenho da empresa.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2009) define governança corporativa como:

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho de administração, diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso ao capital e contribuindo para a sua longevidade.

Já no âmbito público, Matias-Pereira (2010) afirma que governança é um modelo de desenvolvimento econômico, político, cultural e ambiental no Brasil. Segundo Matias-Pereira (2010), a governança no setor público refere-se à administração das organizações públicas, por meio dos princípios de governança do setor privado, que são totalmente aplicáveis no âmbito público (*apud* BHATTA, 2003).

As origens da governança pública datam de meados de 1990, traduzindo um consenso de que a eficácia e a legitimidade da atuação pública se apoiam na qualidade da interação entre os distintos níveis de governo, e entre estes, as organizações empresariais e a sociedade civil (OLIVEIRA, 2008). Para ele, as práticas de governança são baseadas em princípios gerais, aplicáveis às empresas públicas ou privadas de um modo geral, independentemente de seu porte, pois todas objetivam a melhoria dos controles e da transparência.

O IFAC sigla do termo inglês *International Federation of Accountants* (Federação Internacional de Contadores) (2001) definiu os seguintes princípios de governança corporativa, no contexto referente ao setor público, apresentados na figura 4:

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Transparência	Necessária para garantir que as partes interessadas possam ter confiança na tomada de decisões e nas ações das entidades do setor público, na gestão de suas atividades e nos gestores.
Integridade	Retidão e a inteireza nos relacionamentos. Baseia-se na honestidade e objetividade, e elevados padrões de decência e probidade na gestão dos fundos públicos e dos assuntos de uma entidade. Reflete-se tanto nos processos de tomada de decisão da entidade como na qualidade de seus relatórios financeiros e de desempenho.
<i>Accountability</i>	Processo pelo qual as entidades e os gestores públicos são responsabilizados pelas próprias decisões e ações, incluindo o trato com os recursos públicos e todos os aspectos de desempenho, e submetem-se ao exame minucioso de um controle externo. Representa a obrigação de responder a uma responsabilidade conferida.

**Figura 4: Princípios de Governança Corporativa**

**Fonte:** Adaptado de IFAC- *International Federation of Accountants* (Federação Internacional de Contadores) (2001).

Segundo o TCU, (Tribunal de Contas da União) O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, lançou novas versões (2004-2009) do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, documento que define os princípios básicos de governança aplicáveis



ao contexto nacional como sendo quatro princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Conforme o IBGC equidade caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

Slomski *et al.*, (2008) faz referência aos princípios, o qual destaca que o objetivo da governança no setor público é criar proteção para alcançar os objetivos públicos. A essência da governança é que haja proteção, capacitando o governo para suportar tal responsabilidade. (apud, TIMMERS 2000).

Ainda, Slomski *et al.*, (2008), o mesmo afirma que:

A Governança pode ser entendida como sendo a maneira como o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país, com o objetivo de seu desenvolvimento. Enquanto a governança corporativa tem como uma de suas definições um sistema pelo qual as organizações são dirigidas e controladas, a governança na gestão pública compreende a proteção ao inter-relacionamento entre a administração, o controle e a supervisão.

Matias-Pereira (2010) assegura que ao usar das práticas de governança, as organizações públicas, devem ser transparentes e responsáveis por suas atividades, uma vez que os cidadãos são os principais interessados em ter conhecimento acerca da destinação dos recursos públicos.

### 3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de estudo descritivo com a abordagem qualitativa a respeito da importância do Controle Interno na Administração Pública, destacando os aspectos legais e formais da gestão pública, cujo intuito é proporcionar possíveis soluções, objetivando concluir ou minimizar os dilemas explanados.

A pesquisa classifica-se como exploratória bibliográfica, pois foi explorado a teoria sobre o conceito de Controle Interno, destacando a sua importância na Administração Pública, responsável pela tutela do patrimônio público, garantindo o cumprimento dos procedimentos previstos e, precavendo, detectando e corrigindo possíveis erros.

Para efetivação do levantamento bibliográfico realizou-se leituras e compreensões da literatura já existente presente em livros e artigos científicos. As palavras-chaves utilizadas nas buscas foram: controle interno/ administração pública/ controle municipal. As contribuições científicas estudadas permitiram definir qual material bibliográfico realmente era de interesse deste estudo, sendo então selecionados e citados no decorrer da pesquisa.

A pesquisa foi aplicada a totalidade dos contadores municipal (04) e um controlador que compõem a equipe do setor contábil e a Controladoria Interna do Município de Presidente Médici. Não houve critério de inclusão ou exclusão para participar da pesquisa, todos os integrantes respondentes na pesquisa realizada.

Aplicou-se aos contadores um questionário estruturado adaptado de Amado (2016) (Anexo A), para realização da pesquisa sobre as características do sistema de controle interno municipal, na Prefeitura Municipal de Presidente Médici, enquanto o controlador foi entrevistado utilizando-se de um roteiro semiestruturado conforme consta no Anexo B.

Primeiramente, foi solicitada por escrito a autorização do Chefe do Executivo do Município de Presidente Médici, conforme anexo C. Para os entrevistados foram entregues os termos de livre consentimento, onde os mesmos foram convidados como voluntários a participar da pesquisa, conforme anexo D.

Após a autorização, deu-se o contato com os entrevistados, explicando pessoalmente sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos acerca da coleta de dados, informando que as participações deles eram voluntárias, os mesmos assinaram um termo de livre consentimento, como apresentado no anexo E, permitindo assim, a aplicação da entrevista e do questionário estruturado. Entre os dias 27 e 30 de outubro de 2017 foram aplicados os questionários e realizada a entrevista com o controlador do Município, respectivamente.

## **4. ANALISE E DISCUSSÃO DE DADOS**

### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO E DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI-RO**

A prefeitura do Município conta atualmente com um quadro de 724 funcionários, dentre estes são 4 contadores, um controlador e um assistente. Todos trabalham em departamentos distintos.

O Município de Presidente Médici, é regido pela Lei orgânica estabelecida em 1990, o mesmo conta com um quadro populacional de aproximadamente de 22.337 habitantes, é atualmente administrado por uma equipe composta de nove vereadores, vice-prefeito e prefeito. A população é formada em sua grande maioria por funcionários públicos, porém as atividades econômicas são voltadas para agricultura e produção de leite. O município tem o PIB (produto interno bruto) de R\$ 94.066,00.

O Controle Interno da Prefeitura Municipal de Presidente Médici é realizado pela Controladoria Geral do Município (CGM), a qual é composta por dois servidores: um controlador

e um assistente. Ambos contratados por meio de portaria. A CGM tem como objetivo primordial, realizar o controle patrimonial, contábil, de custos, orçamento, recursos humanos, compras, relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e relatórios gerenciais. (CASTRO; CARVALHO, 2016).

A CGM de Presidente Médici, é regulamentada pela Lei nº 4.320/1964 na qual estabelece a implantação do controle interno, seguindo os normativos dispostos na Instrução Normativa nº 002 do TCE-RO, que estabelece as diretrizes gerais sobre a implementação e operacionalização do sistema de controle interno para os entes jurisdicionados, norteando-se ainda pelo preconizado nas disposições dos artigos 31, 70 e 74 da CF/1988, nos artigos 46 e 51 da Constituição do Estado de Rondônia e no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000.

#### 4.2 PERCEPÇÃO DOS CONTADORES E CONTROLADOR MUNICIPAL QUANTO A INFLUÊNCIA E IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO EM RELAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

##### 4.2.1 Percepção do controlador

No que tange a forma como o Controle Interno (CI) tem auxiliado na gestão da Prefeitura Municipal do Município (PMP) de Presidente Médici, o controlador afirmou que esta ocorre por meio da análise dos processos de compras, criando normativas para os setores, prestando auxílio e orientação para os secretários e executivos na tomada de decisão.

Quanto a questão relacionada aos benefícios observados como resultante do acompanhamento das atividades realizado pelo setor do CI, o controlador afirmou que há a existência de maior segurança quanto aplicação dos recursos e controle dos gastos.

Considerando-se os benefícios citados pelo respondente, Castro e Carvalho (2016) afirmam que, o controle além de trabalhar com as aplicações de recursos também possui influência na gestão da ‘coisa pública’ sob os mais variados aspectos, principalmente na avaliação de resultados, ou seja, avalia o grau de contribuição das atividades exercidas pela administração pública, para o cumprimento dos objetivos do Estado.

Em relação aos objetivos básicos do CI como ferramenta de apoio na organização, para realização de uma gestão responsável dos recursos e patrimônio públicos, o controlador afirmou que o objetivo principal do controle interno municipal, é identificar os setores de maior risco de erros e normatiza-los para evitar danos.

Segundo Slomski (2005) o controle interno na Administração Pública deve assumir a atividade de coordenar e avaliar, sendo um serviço de apoio à administração, cujo papel não está ligado em somente exercer o ‘controle’, mas a partir de exames efetuados, assegurar que

os controles necessários existam e funcionem, recomendando que sejam realizados constantemente.

Ainda, quanto aos objetivos do controle interno, Botelho (2016) afirma que o CI deve exercer na administração pública a responsabilidade de verificar a conformidade dos atos desta, possibilitando ao agente controlador a adoção de medida ou proposta em decorrência do juízo formado.

Quanto a finalidade do Controle Interno para a prefeitura de Presidente Médici, foi informado pelo controlador que o Controle Interno tem por desígnios avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Cruz e Glock (2008) afirmam que o controle interno, assegura que o que foi previsto no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, sejam cumpridos. O artigo 74 da CF, trata a respeito dos escopos do controle interno como:

Art. 74 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; [...]

Em relação ao quadro de servidores escasso, obteve-se essa afirmação ao questionar o controlador sobre as principais dificuldades encontradas no cotidiano do controle interno, onde o mesmo encontrava empecilhos para a realização do trabalho e desenvolvimento das atividades do controle interno. Foi afirmado pelo mesmo que o fator principal é o excesso de trabalho e equipe reduzida.

A segunda problemática caracteriza-se pelo fato da prefeitura de Presidente Médici, não possuir um sistema de controle interno integrado. No que tange este assunto, interrogou o controlador se cada setor/departamento possui seu controle ou se o mesmo é exercido numa única forma, centralizado na unidade de controle interno. O controlador afirmou que no momento o mesmo é realizado de modo centralizado, porém há uma mobilização em prol da implantação de um sistema de Controle Interno onde cada servidor será o controlador de sua função.

Compete citar a Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2009, que acrescenta o inciso XXIII ao art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre as atividades do sistema de

controle interno. Uma medida importante para o crescimento e fortalecimento da gestão do setor público.

Segundo Guerra (2005) o sistema de controle interno deve ser exercido dentro da própria estrutura do órgão controlado, por meio de procedimentos e atividades intersetoriais (de colaboração), com vistas à correta gestão da coisa pública, o mesmo é uma função complementar para as atividades do controle interno já existente.

As dificuldades encontradas no controle interno do Município de Presidente Médici ocorrem principalmente pela falta de verba que inibe a realização de um concurso público e ocasiona a não contratação de novos servidores, bem como a insuficiência de pessoal qualificado, para a implantação do sistema de controle interno. O controlador afirma ainda que considerando a escassez de recursos humanos que executam atividades de controladoria, há ainda a carência de um sistema de controle interno (SCI), ou seja, o controle interno é segregado, exercido individualmente em cada setor da Prefeitura Municipal de Presidente Médici.

Quanto a periodicidade de realização do controle interno na Prefeitura Municipal de Presidente Médici e como é a atuação do mesmo, o controlador informou que, a atividade do controle é exercida diariamente, tendo maior foco nos processos administrativos, almoxarifado e patrimônio, com ênfase de que a mesma consegue cumprir suas atividades alcançando os resultados necessários.

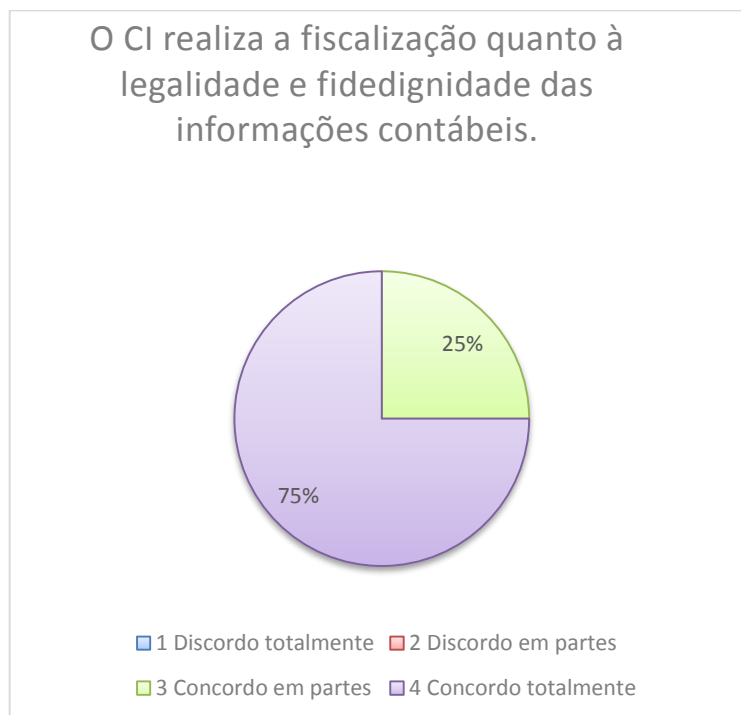
O controlador foi questionado em relação à execução das atividades do controle, verificando se há a elaboração de um Plano Anual de Atividades de Controle e o respondente afirmou que sim, ou seja, todas as realizações do controle interno são previamente estudadas e pensadas. Além disso, foi interrogado ao mesmo se é elaborado o Relatório Anual das Atividades de Controle Interno e como ocorre a elaboração do relatório. O controlador afirmou que há a elaboração de um relatório das atividades do CI e que é elaborado de acordo com o Plano de Anual de Auditoria Interna e com base nos relatórios trimestrais da entidade.

O controlador informou que os relatórios são disponibilizados no Portal da Transparência acessado através do *site* da Prefeitura Municipal de Presidente Médici e elaborados com linguagem técnica, clara e objetivamente para oportunizar compreensão aos usuários das informações nele contidas.

#### 4.2.2 Percepção dos contadores municipais

Segundo Antunes (2004) o controle interno pode ser definido como um detector de erros e fraudes. Para tanto, foi apresentado aos contadores o questionamento sobre a percepção

deles de o quanto a fiscalização por parte do órgão de controle interno propicia à legalidade e fidedignidade das informações contábeis, obtendo-se as respostas apresentadas na figura 5:



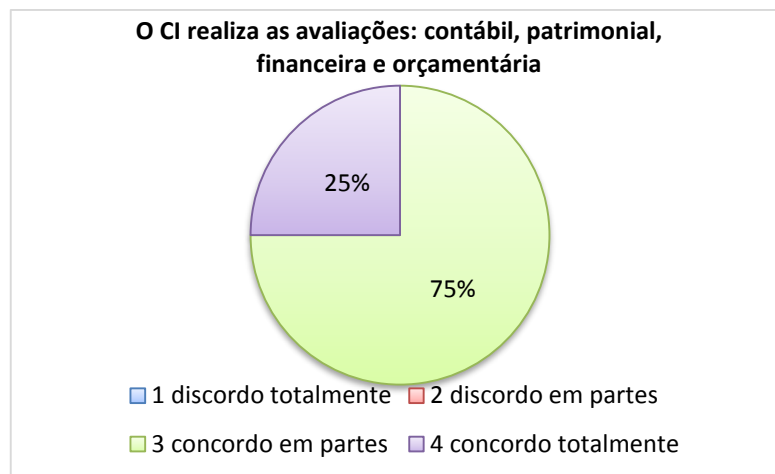
**Figura 5: O CI realiza a fiscalização quanto à legalidade e fidedignidade das informações contábeis.**

**Fonte:** Dados da pesquisa (2017).

Na Resolução CFC N°. 1.128/2008, a fidedignidade está relacionada aos registros contábeis realizados, onde as informações apresentadas devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem. Já no art. 76 da Lei 4.320/1964, a legalidade relaciona-se aos atos que resultem arrecadação da receita ou a realização da despesa.

Observa-se na figura 5 que 25% dos entrevistados discordam parcialmente em relação ao controle interno realizar a fiscalização quanto à legalidade e fidedignidade das informações contábeis.

Segundo CF/1988, art. 74, na atividade de controle deve ocorrer à fiscalização, contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, questionou-se sobre a percepção dos respondentes quanto ao exercício dessa função pelo CI. Para 75% dos respondentes o controle interno realiza parcialmente essas fiscalizações, conforme demonstrado na figura 6:



**Figura 6: O CI realiza as avaliações: contábil, patrimonial, financeira e orçamentária.**

**Fonte:** Dados da pesquisa (2017).

Essa percepção é resultante do fato de não existir nenhuma legislação municipal que disponha sobre a criação, estruturação de uma unidade de sistema de controle interno municipal nos termos do art.31da CF/1988 e no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Para Castro (2008) é necessário que o responsável pelo setor de controle tenha a total independência e autonomia de poderes e acesso a todas as informações necessárias, ou seja, o mesmo possui liberdade para captar o que está sendo desenvolvido, e prestar informações orçamentárias, patrimoniais e gerenciais, que auxiliem no processo decisório.

Para tanto, os contadores e o controlador afirmaram ter acesso a todas as informações necessárias à consecução de suas atividades, ou seja, autonomia e poderes para atuar com eficiência, eficácia e efetividade. Esse é um aspecto positivo, pois o controle interno consegue realizar suas atividades sem impedimentos no que diz respeito a ter acesso aos atos e fatos da Administração Pública.

Ao confrontar as respostas do questionamento anterior com a percepção dos respondentes sobre os dados obtidos por ocasião da realização de algumas atividades que o controle interno exerce, como: a fiscalização quanto à legalidade e fidedignidade das informações contábeis, controle da legitimidade dos atos praticados e se o controle interno serve como órgão de coordenação administrativa; 80% dos respondentes (contadores) concordaram parcialmente com o fato do CI da Prefeitura Municipal de Presidente Médice exercer essas atividades com a integralidade de atendimento aos itens de eficiência, eficácia e efetividade, pois afirmam um excesso na demanda de atividades em virtude do quantitativo insuficiente de servidores para realiza-los.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema Controle Interno é um motivo de constantes estudos no Brasil, sendo ferramenta necessária à concretização da transparência na gestão dos recursos públicos, prevenindo irregularidades, contribuindo para o alcance de uma boa governança pública, promovendo a ética, transparência e redução de vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção.

Para que o Controle Interno exerça suas atividades, ele deve ser estruturado com recursos humanos e materiais, tecnologias de informação e pessoal capacitado; com o intuito de suprir os diferentes setores que compõem a Administração Pública.

Segundo Di Pietro (2010) o objetivo do Controle Interno é assegurar que a Administração atue em consonância com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico, tais como: legalidade, moralidade, finalidade pública, publicidade, motivação e impessoalidade.

O art.74 da CF/1988 dispõe que, cabe ao Controle Interno realizar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, no que tange à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Dessa forma, objetivou-se durante a execução desta pesquisa, analisar se a percepção de controlador e contadores quanto à realização do Controle Interno na Prefeitura Municipal de Presidente Médici, verificando-se com a realização da pesquisa que o controle interno está em plena atividade, que é imprescindível à Administração Pública atender os princípios que norteiam as ações dos agentes públicos e que há falhas a serem sanadas.

O controle interno é considerando uma ferramenta administrativa, a qual propicia a verificação dos atos e fatos da Administração Pública, realiza o controle de resultados, convertendo-se num órgão de apoio para administração e de garantia para a população, considerando-se que o objetivo da Administração Pública é a promoção do bem comum.

A realização do Controle Interno na Prefeitura Municipal de Presidente Médice possui limitações, dentre as quais se destaca a ausência de um Sistema de Controle Interno, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) entrega aos sistemas de controle interno a incumbência de analisar e inspecionar as regras de responsabilidade e gestão fiscal por ela presumida.

Constatou-se que o Controle Interno é exercido somente por dois servidores (controlador e assistente). Esse fato é contrário à análise de Castro (2008) para o qual o ideal é que o controle interno seja formado por uma equipe com o intuito de exercer suas atribuições de forma eficiente.



Assim, sugere-se a realização de um concurso público, com a finalidade de contratação de pessoas qualificadas e preparadas que possam corresponder às necessidades da unidade de controle interno, ou que sejam contratados e designados dentro do quadro de servidores já em atuação na prefeitura, considerando-se a possibilidade de ter, pelo menos um servidor em cada secretaria, para atuar como controlador interno ou responsável por fornecer informações de sua unidade de forma integrada à unidade central de controle.

Faz-se necessário proporcionar treinamento e acompanhamento adequado aos servidores, pois apenas a contratação ou designação dos mesmos e implantação de um sistema de controle interno não resolverá o problema. O sistema somente funcionará se for estruturado com informações corretas, conhecimento técnico, capacidade profissional e a atualizações constantes.

## 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 7. Ed. São Paulo; Atlas, 2010.

AMADO, Cléber da Silva. **O Controle Interno na Administração Pública: Estudo de caso na prefeitura municipal de Pinhão, Estado do Paraná**. Dissertação (dissertação em administração). UNICENTRO, Guarapuava- Paraná, 2016.

ANTUNES, Jeronimo. **Modelo de avaliação de risco de controle utilizando a lógica nebulosa**. 2004. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 44ªEdição. Curitiba-PR: Globo, 2003

BEUREN, Ilse. Maria.; ZONATTO, Vinícius da Costa Silva. Perfil dos artigos sobre controle interno no setor público em periódicos nacionais e internacionais. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1135-1163, 2014.

BOTELHO Milton Mendes. **Controle interno, Rotinas**. Unipublica, 2016.

CASTRO Rodrigo Pironti Aguirre, CARVALHO Evelyn Freire. **Guia Prático de Controle Interno na Administração Pública**. Amazonas- AM, 2016.

CASTRO, Domingos Poubel. **Auditoria e Controle interno na Administração Pública**. 2ª Edição. São Paulo-SP: Atlas 2009.

CASTRO, Domingos Poubel; GARCIA, Leice Maria, **Contabilidade Pública no Governo Federal**. São Paulo-SP: Atlas, 2008.

COELHO José Martino Alves. **Palavras do Presidente**. Artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade do CFC, edição Ano XXX-Nº 130: julho/agosto. 2001.

- CREPALDI Silvio Aparecido, **Contabilidade Gerencial** São Paulo: Atlas. 2011.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 23ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- FACCIONI, Victor J. **Controle na Administração Pública**. Caderno Senatus, Brasília, v. 6, n. 2, p. 56-59, out. 2008.
- GUERRA, Evandro Martins. **Os controles externos e internos da administração pública**. 2.ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2005
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo, SP : IBGC, 2009.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública Teoria e Prática**. São Paulo-SP: Atlas, 1998.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 41 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Governança pública e parcerias do estado: a relevância dos acordos administrativos para a nova gestão pública. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 58, 2008.
- OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JÚNIOR, José Hernandes; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.
- REIS, A. de J.; SILVA, S. L. **A história da contabilidade no Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299> Acesso em: 08/07/2017>.
- SALM, J.F., MENEGASSO, M.E. **Os Pressupostos para a Implementação do Novo Serviço Público e o Capital Social**. Anais XI Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador, dezembro 2009.
- SLOMSKI Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. 1º edição, São Paulo-SP: Atlas, 2005.
- SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. 3 ºedição. São Paulo-SP: Atlas, 2009.
- SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro; FILHO, Francisco Tavares; MACÊDO, Fabrício de Queiroz. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2008.
- TOSCANO JR, Eudes Moacir; LEITAO, Carla Renata Silva. **Os desafios do controle interno governamental diante da reforma do estado: o caso do programa de modernização do**

**controle interno do estado da Paraíba (Promocin)**. 2006, vol.4, n.1, pp. 01-14. ISSN 1679-3951. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n1/v4n1a09.pdf>>.

VASCONCELOS, Marco Tulio de Castro; SAMPAIO, Francisco Jean Carlos de Souza; NETO, Antonio Firmino da Silva; DUQUE, Celma. **Funcionalidade do controle interno nos municípios: um estudo nas prefeituras de uma região metropolitana do nordeste brasileiro**. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v. 5, 2012.

## ANEXOS

## Anexo A- QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

Os fatores abaixo se referem aos possíveis dificultadores ou facilitadores em relação às atividades desempenhadas pelo controle interno. Expresse sua percepção considerando a seguinte escala para cada fator: **1 (um)** se discordo totalmente; **2 (dois)** se discordo em partes; **3 (três)** se concordo em partes; e **4 (quatro)** se concordo totalmente.

Com relação a cada um dos fatores abaixo, qual é a sua percepção em relação às atividades desenvolvidas pelo controle Interno em conformidade a contabilidade.	1	2	3	4
Realiza a avaliação contábil da entidade				
Realiza a avaliação financeira da entidade				
Realiza a avaliação orçamentária da entidade				
Realiza a avaliação patrimonial da entidade				
Realiza a fiscalização quanto à legalidade e fidedignidade das informações contábeis				
Possui controle dos limites de gasto com pessoal, educação e saúde				
Possui controle em relação ao portal de transparência				
Efetua a verificação das prestações de contas dos recursos obtidos pelo município por meio de convênios				
Fiscaliza o controle das compras e serviços em todas as secretarias integrantes ao governo municipal de acordo com o processo licitatório e contrato, quanto a quantidade e valor do produto efetivamente comprado				
Tem controle da legitimidade dos atos praticados				
O controlador possui autonomia de poderes e de recursos e acesso a				

todas as informações necessárias ao desenvolvimento do controle				
O controlador possui amplo conhecimento da área contábil, financeira e orçamentária e da estrutura administrativa e das atividades da organização				
O controlador encaminha o relatório do controle interno ao Tribunal de Contas do Estado				
O controle interno serve como órgão de coordenação administrativa, responsável pelo fornecimento de dados e informações				
A escrituração contábil proporciona ao controlador a possibilidade de medir as ações em níveis orçamentários, e financeiros patrimoniais				

## **Anexo B- QUESTIONÁRIO APLICADO AO CONTROLADOR**

### **ENTREVISTA COM O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO.**

1. De que maneira o Controle Interno (CI) tem auxiliado na gestão da Prefeitura Municipal do Município (PMP) de Presidente Médici?
2. Quais os benefícios encontrados com o acompanhamento do CI nas operações e setores da PMP?
3. Como é o funcionamento do CI? Há algum regulamento que normatize? Se resposta for positiva, qual?
4. Em caso de verificação de existência de processo inadequado, quais os procedimentos tomados pelo Controle Interno?
5. Quais os objetivos básicos do CI como ferramenta de apoio na organização, buscando assim a boa gestão com os gastos públicos?
6. Quais as formas de controle mais utilizadas dentro da PMP?
7. O CI analisa todos os processos? Ou essa análise é realizada por amostragem? Explique como é feito o procedimento.
8. O controle interno possui livre acesso a todas as informações necessárias para a realização das atividades de controle? Se há restrições quais são?
9. Quais as principais dificuldades que você encontra no cotidiano de seu trabalho?
10. Em sua opinião, a que se devem tais dificuldades?
11. O que seria necessário para saná-las?
12. Qual a finalidade do Controle Interno?
13. Essa finalidade é atingida em sua totalidade atualmente? Caso sim, como? Caso não, por quê?
14. Durante seu trabalho, como é seu relacionamento com os outros setores?

15. Cada setor possui seu controle? Ou o controle é centralizado na unidade de controle interno?
16. Como ocorre o recebimento das mercadorias adquiridas?
17. É elaborado algum Plano Anual das Atividades de Controle?
18. Como é elaborado o Relatório Anual das Atividades de Controle Interno?
19. Os relatórios do controle interno são apenas quantitativos ou há indicadores qualitativos?
20. Em sua opinião quais são as principais atividades que são abordadas pelo controle interno?
21. Você se reúne, ou já se reuniu com os outros setores para discutir os assuntos de controle? Caso sim, com que frequência? Caso não, por quê?
22. Já auxiliou os outros setores na busca de soluções relacionado a controle?
23. De que forma é realizado o controle dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal?
24. A comunidade institucional tem acesso aos planos e relatórios gerados pelo controle interno? Caso não, por que (em sua opinião)? Caso sim, por quais meios?
25. Considera os relatórios compreensíveis para todos os servidores?
26. Caso tenha outras informações relacionadas com o propósito desta entrevista, fique à vontade para relatá-las.



## **Anexo C- Autorização para a Realização da Pesquisa**

### **AUTORIZAÇÃO**

Senhor Prefeito Municipal,

Eu, Jheniffer Rosa da Silva, bacharel em ciências contábeis pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), solicito **AUTORIZAÇÃO** para realizar uma pesquisa referente a um estudo sobre o funcionamento do controle interno no Poder Executivo do Município de Presidente Médici-RO. A pesquisa será conduzida por meio de análise documental e aplicação de questionário ao(s) integrante(s) do Controle Interno e Contabilidade. Comprometo-me em zelar pelo sigilo ético e não prejudicar a organização das atividades da referida instituição.

Presidente Médici, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Prof. Ms. Ellen Cristina de Matos**  
Orientador

**Jheniffer Rosa da Silva**  
Bacharel em Ciências Contábeis

## **Anexo D– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa:

“IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI “ sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Jheniffer Rosa da Silva, que irá investigar sobre o funcionamento do controle interno da instituição, com o objetivo de estudar a influência e atividades do controle interno para com a Administração Pública.

- 1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:** Ao participar desta pesquisa você será entrevistado. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista sem nenhum prejuízo para você.
- 2. RISCOS E DESCONFORTOS:** A entrevista utilizada poderá trazer algum desconforto, em virtude de o senhor(a) ter que evidenciar a sua percepção em relação ao trabalho executado pelo controle interno. O tipo de procedimento não apresenta nenhum risco. Se for necessário alguma orientação, por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, ou sofrer algum dano decorrente da pesquisa, o pesquisador se responsabiliza pela assistência integral, imediata e gratuita.
- 3. BENEFÍCIOS:** Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de proporcionar a melhoria na atuação do controle interno. Esclareço que sua participação não trará qualquer benefício direto ao senhor (a), mas poderá contribuir para se pensar políticas voltadas para o desenvolvimento institucional.
- 4. CONFIDENCIALIDADE:** Todas as informações que o (a) Sr.(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas pela entrevista, serão utilizadas somente para esta pesquisa. Seus (Suas) respostas, ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos (as) questionários, gravações, fichas de avaliação etc., nem quando os resultados forem apresentados.
- 5. ESCLARECIMENTOS:** Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Jheniffer Rosa da Silva

Endereço: Rua Noé Inácio dos Santos nº2441, Bairro: Ernandes Gonçalves, Presidente Médici-RO

Telefone para contato: (69) 3471 3445 – (69) 99991 41547

Horário de atendimento: De segunda à sexta feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

- 6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS:** Caso o (a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.
- 7. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO:** Se o (a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, em duas vias, sendo que uma via ficará com você.

**Anexo 4 – Consentimento pós Informado**

## CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento, o Sr(a), XXX, portador(a) da cédula de identidade nº.0000, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo. Presidente Médici, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante / Ou Representante legal

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador